



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

Ofício n. 39/2020-PCO.

Brasília, 14 de maio de 2020.

Ao Exmo. Sr.
Ministro Celso de Mello
Supremo Tribunal Federal
Brasília - DF

Assunto: Divulgação pública da reunião ministerial constante nos autos do Inquérito 4.831, em tramitação no Colendo Supremo Tribunal Federal.

Senhor Ministro,

Cumprimentando-o cordialmente, dirigimo-nos a V. Exa. para manifestar apoio à divulgação pública da gravação, em registro audiovisual, de reunião ministerial realizada no Palácio do Planalto em 22 de abril de 2020, coligida nos autos do Inquérito 4.831, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

O inquérito em epígrafe, instaurado a pedido da Procuradoria-Geral da República, volta-se à apuração de denúncias contra o Presidente da República, Exmo. Sr. Jair Messias Bolsonaro, no marco de possível interferência sobre investigações sigilosas da Polícia Federal no interesse de favorecer – e até mesmo blindar – familiares e conhecidos.

Entre os materiais probatórios coligidos, figura gravação, em registro audiovisual, de reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, realizada no Palácio do Planalto entre diversos integrantes da alta cúpula da administração pública federal, periciada e levada ao conhecimento dos advogados dos envolvidos e de membros do Ministério Público Federal.

Após ser apresentado requerimento nos autos, V.Exa., em despacho do dia 12 de maio de 2020, determinou a manifestação dos representantes dos interessados sobre o levantamento integral ou parcial do sigilo do material.

É sobre tal questão, referente à necessidade de disponibilização pública da gravação da reunião ministerial, que a Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de sua Presidência e Procuradoria Constitucional, vem se manifestar neste ofício, no interesse de dar voz aos interesses cidadãos dos brasileiros e brasileiras.

A disponibilização da gravação da reunião ministerial parece ser a melhor medida para assegurar o amplo escrutínio a respeito dos graves fatos investigados no âmbito do referido inquérito. O fato de a investigação ter como objeto condutas do Presidente da República que podem caracterizar crimes relacionados ao exercício de seu mandato e de suas



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

funções públicas justifica com maior intensidade seja garantida publicidade ao registro da reunião, que constitui importante elemento de prova.

Em se tratando de reunião oficial, que figura na agenda do Presidente da República e foi realizada nas dependências do Palácio do Planalto, não há que se falar em proteção à privacidade como óbice à divulgação do seu teor. Todos os presentes participaram da reunião na condição de integrantes do governo ou de assessores também ocupantes de cargos públicos e com o objetivo de debater temas de interesse público.

Pelas evidências já disponíveis, a partir do relato de pessoas que presenciaram a reunião ou que assistiram à gravação, não é possível tampouco argumentar que a reunião tenha tratado de assuntos de soberania ou de segurança nacional que pudessem indicar restrições à publicidade. No máximo, as revelações feitas por essas testemunhas sugerem a existência de manifestações constrangedoras por parte de alguns participantes, o que, no entanto, não é capaz de justificar a manutenção de sigilo e não se sobrepõe ao interesse público que fundamenta a divulgação.

O artigo 20 do Código de Processo Penal estabelece que a autoridade deve assegurar, no inquérito, o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade. A finalidade do dispositivo é garantir a condução dos trabalhos de investigação contra ingerências indevidas que possam prejudicar seu bom andamento ou comprometer seus resultados. Não se avaliza, portanto, um sigilo amplo, irrestrito ou injustificado.

A Súmula Vinculante 14, deste Eg. STF, em consonância com a garantia expressa do art. 7º, inciso XIV, da Lei n. 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), assegura aos investigados e a seus defensores o acesso aos meios de prova documentados em procedimentos investigatórios, como corolário do exercício do direito de defesa. A ressalva prevista no precedente que deu origem ao entendimento sumulado diz respeito à realização de diligências que requeiram sigilo como condição indispensável para que sejam bem-sucedidas. No presente caso, além de não se aplicar a ressalva, justifica-se o levantamento do sigilo sobre a gravação da reunião ministerial para que seja franqueado o acesso não apenas aos investigados e envolvidos, como também a toda a sociedade.

Como adequadamente indicado pelo eminente relator ao acolher o pedido para a instauração do inquérito, o Presidente da República, apesar de contar com imunidade penal temporária, não está livre de ser investigado por suspeita de crimes praticados durante o mandato que guardem relação com as funções públicas exercidas. Em caso de crime comum, a abertura de processo penal depende da aprovação de 2/3 dos membros da Câmara dos Deputados. Já em caso de enquadramento em crimes de responsabilidade, qualquer cidadão tem legitimidade para apresentar pedido de *impeachment* perante o Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos da Lei 1.079/1950.

É evidente, portanto, o legítimo interesse dos demais órgãos e pessoas públicas, bem como da sociedade de maneira ampla, de ter conhecimento do que foi efetivamente falado pelo Presidente da República na reunião ministerial em questão. Não se vislumbra hipótese de



Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

prejuízo às investigações e tampouco de vulneração dos direitos dos envolvidos. Ao contrário, trata-se de medida que milita em favor do interesse público e da efetividade e legitimidade da apuração de fatos tão graves.

Atendendo à sua missão de defesa da ordem jurídica, da boa aplicação das leis e dos direitos do cidadão, a Ordem dos Advogados do Brasil tem historicamente defendido a conformação dos procedimentos investigatórios dentro de marcos democráticos e de proteção do direito de defesa. Repele, nesse sentido, qualquer ampliação da investigação para além do objeto investigado, assim como qualquer restrição indevida a direitos dos investigados e seus defensores. É a partir desse mesmo compromisso com um modelo de inquérito democrático e fiel às garantias processuais que se defende, no presente caso, a prevalência da publicidade.

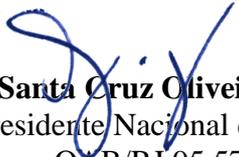
No mais, é importante ressaltar que o princípio da publicidade foi reforçado pela promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, que estabeleceu, no art. 93, IX, da Constituição Federal, o dever de publicidade de todos os atos e decisões do Poder Judiciário, apenas admitindo-se a limitação do interesse público à informação quando existente relevante risco à tutela do direito à intimidade.

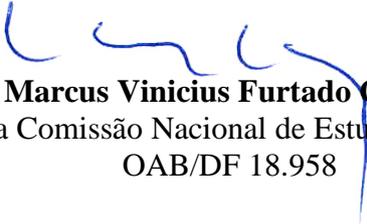
Diante de todo o exposto, consideradas as particularidades da gravação, realizada durante reunião oficial, incluída em agenda das autoridades públicas e voltada à discussão de assuntos de governo, o acesso público à persecução criminal não merece qualquer forma de restrição.

Dessa forma, a divulgação pública do material em questão não parece conflitar com as garantias constitucionais da privacidade, da ampla defesa e do contraditório, princípios com os quais a Ordem dos Advogados do Brasil mantém inabalável compromisso.

Por fim, no interesse de que a divulgação apenas atinja aquelas conversas que tenham relação direta com a investigação e de se evitar eventual uso político-ideológico da gravação, sugerimos seja avaliado por V.Exa. a necessidade de realização de adaptações no material audiovisual, mantendo-se de conhecimento público todos os trechos que guardem pertinência com a possível prática de crime por parte do investigado.

Atenciosamente,


Felipe Santa Cruz Oliveira Scaletsky
Presidente Nacional da OAB
OAB/RJ 95.573


Marcus Vinicius Furtado Coêlho
Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais
OAB/DF 18.958